

INFÂNCIA, JUVENTUDE: INTERSECCIONALIDADES

Juan Pablo Alvarez

Ligia Maria Aquino

Stela Guedes Caputo

Pensar infância e juventude em condições estruturais formadas por desigualdades econômicas, sociais e culturais solicita, cada vez mais, complexas e múltiplas abordagens e interlocuções. Reivindica pensar a interseccionalidade.

Carla Akotirene (2019) apresenta significativa revisão de literatura acerca do conceito de interseccionalidade que permite observar marcas sociais como raça, gênero e classe que, segundo a autora, não constituem camadas da identidade, mas aspectos interseccionais do ser. Acrescentaríamos religiões, sexualidades, territórios. O conceito de interseccionalidade, tal como imaginado por Kimberlé Crenshaw (2020) fora criado para traduzir a vivência de mais de uma opressão social. Um termo que diz sobre a indissociabilidade entre o racismo estrutural, o capitalismo e o patriarcado. Não há como pensar tais marcas, asseveram ambas as autoras, sem tomar como parâmetro histórico os processos de colonização iniciados com a modernidade. As bordas abissais são consequências éticas extraídas do processo de colonização – sobretudo das políticas de escravização e a lógica de intensa exploração.

Para fazer a crítica dos processos colonizadores há que construir modos outros de agir e pensar. Modos que tenham por base epistemologias, éticas e estéticas decoloniais (ou descoloniais, conforme se pense essa crítica). O sentido é não apenas reconhecer historicamente as marcas identitárias que se firmaram hegemônicas a partir de processos colonizadores, mas formular políticas de educação e de cultura que contribuam para a desinvisibilização das relações de poder que alimentam diversas e desiguais formas de coexistência.

Trata-se de denunciar e tornar visíveis aquelas distribuições de papéis, lugares, até expectativas que se acreditavam universais, inquestionáveis, e aquelas formas favoritas em que uma lógica policial descreve uma ordem, administra-a e sanciona a partir daí o que pode ser nomeado, o que não pode. Jacques Rancière (2006) dirá que a polícia não é uma função social, mas uma constituição simbólica do social e que sua essência não é a repressão ou mesmo o controle sobre os vivos; sua essência é uma certa distribuição do sensível (*partage du sensible*), uma forma de mostrar quem tem uma parte no comum dependendo do que faz, de seus tempos, de suas ideias, de suas ocupações etc.

A política, por outro lado, segundo esse autor, terá a tarefa de perturbar esse arranjo, deslocando essa distribuição classificatória de lugares e papéis. Em outras palavras, na política se colocará em jogo um exercício emancipatório, porque nela não se trata mais de "tudo estar em seu lugar" como gosta a polícia, mas agora de questões "impróprias", de nomes, lugares, práticas, símbolos, cruces e ações fora de lugar, que possibilitam uma fratura em nossas formas tradicionais de pensar subjetividades, suas configurações, suas tensões e relações de poder.

É desse lugar, então, que, paradoxalmente, toma-se a infância e a juventude como cosmopercepção (OYEWUMÍ, 1997) para produzir a crítica decolonial da história e da cultura. Paradoxal, uma vez que a própria concepção moderna de infância, como um ainda não; ou de uma juventude sem lugar porque já não é mais infância, mas ainda não é adultez, evidencia sua herança

colonial. Aqui parece situar-se o ponto a partir do qual se deva erigir a crítica proposta. Cosmopercepção porque estimulados por Oyewùmí (1997) a tentar perceber, pluridimensionalmente, sem absolutizar, apenas um sentido (a visão e a perspectiva, por exemplo, tão caras para a modernidade). Estímulo que abraça a proposta desta Seção Temática e convida a discutir infância e juventude para além das normatizações.

Os artigos que integram a Seção Temática apresentam um panorama amplo, diversificado e crítico para tratar daquelas questões que desafiam permanentemente a ética, a estética e as políticas epistemológicas mais tradicionais e, por vezes, mais conservadoras.

O artigo de Roseiro, Gonçalves e Rodrigues “*Colega, senta que o babado é bom!*”: *escolas, currículos e fuxicos*, reflete sobre a força dos fuxicos, mexericos e fofocas como modos de sociabilidades, ressaltando sua importância para fazer circular narrativas que enfraquecem as intenções de controle da vida. Ousada e criativamente, afirmam que o fuxico e os currículos fuxiqueiros insurgem para romper com a norma e com as intenções de verdade absolutas dos currículos que negam as invenções dos praticantes.

O trabalho com o texto literário na sala de aula como uma ferramenta para o desenvolvimento de um sujeito reflexivo e crítico foi pensado por Pissinatti e Mori em *Experiência estética descolonizadora: desenvolvimento da consciência de si e do outro*. O artigo resultou de pesquisa que teve por objetivo identificar os contrastes nas produções de surdos e ouvintes e o desenvolvimento da consciência de si, a partir da intervenção pedagógica com a literatura. Para as autoras, tal perspectiva oportuniza experiências estéticas descolonizadoras de práticas excludentes.

Uma análise de ementas dos cursos em filosofia de cinco universidades federais numa perspectiva intercultural e decolonial foi o mote do artigo *Avaliação intercultural/ decolonial no currículo dos cursos de filosofia como emancipação social*, de Lisboa e Lopes. Os autores partiram do problema que o currículo não é equitativo, posto não ser direcionado para minorias sociais, e apresentam algumas disciplinas que criam condições para se repensar o currículo.

Para compreender como vem sendo construído o fazer pedagógico no cotidiano da escola com crianças sob tutela do Estado, segundo a percepção de seus professores e professoras, as autoras Moura e Silva, apresentaram o artigo “*Se fosse um passarinho, também iria voar!*”: *a escola e a educação das crianças em situação de acolhimento institucional*. As pesquisadoras analisaram dados nacionais e municipais sobre institucionalização infantil e entrevistaram seis docentes que atuam ou atuaram com crianças em situação de acolhimento institucional na região do Grande ABC Paulista.

A interseccionalidade dos efeitos das violências nas condições de vida das infâncias requer políticas e programas que concebam e efetivem o conjunto de direitos de modo indissociável, na perspectiva intersetorial. Assim, a garantia interseccional de direitos permite esperar a superação dos riscos e ameaças das violências interseccionais que incidem sobre a infância. Tal conclusão é defendida por Eyng, Pacheco e Padilha no artigo: *Efeitos interseccionais das violações de direitos: territórios da pobreza infantil*.

Por meio de uma genealogia da ideia de interseccionalidade nos estudos sociológicos da infância, o artigo de Moruzzi e Abramowicz tensiona se o conceito de infância, nesta perspectiva, carrega em si uma dimensão interseccional. Em seu intento, as autoras optaram por uma abordagem genealógica de inspiração foucaultiana, analisando a gênese deste conceito nas perspectivas feministas. A intenção de ambas foi olhar de maneira mais detalhada para os feminismos subalternos, que acionam o conceito de interseccionalidade e de racialização para analisar as diferentes formas de opressão. Fazendo analogia com a pergunta da feminista indiana Gayatri Spivak, *Pode o subalterno falar?* o artigo

pergunta *Pode a criança falar?*² e questiona se a criança pode ser posta na chave da subalternidade já que, sobre seu corpo, agem diferentes dispositivos em disputa.

Miranda, Cardoso e Alcântara realizaram etnografia com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, em uma cidade do estado de Minas Gerais e compartilham o texto *Masculinidade do bandido: juventudes socioeducativas, entre hegemonia e subalternidade*. Foram quatro meses de pesquisa de campo e 22 entrevistas individuais semiestruturadas. O argumento central da autora e dos autores é o de que a adesão à criminalidade faz parte de um processo de valorização de um modelo de hegemonia local, por homens subalternizados pelas dinâmicas de hegemonia regional e global.

No intuito de desenvolver um trabalho de sistematização de referências outras que possibilitem ampliar o repertório acadêmico-científico, Fantin, Girardello e Santos compartilharam no artigo *Outros repertórios sobre a infância: a criança em obras literárias*, um levantamento de obras que apresentam crianças e infâncias em distintos cenários e situações, em especial, na literatura. O modo como tais produções sugerem uma nova leitura pedagógica, política e cultural do conceito/noção de infância, abordando-a em sua pluralidade conceitual/interpretativa por meio do recorte da perspectiva literária é enfatizado.

Por sua vez, Rodrigues, Euclides e Herneck trouxeram em *Lápis cor de pele: entre “riscos” e rabiscos das infâncias negras nos cotidianos escolares*, a interseccionalidade e os marcadores de identidade e diferença nas infâncias negras para problematizar o termo “lápis cor de pele” e suas implicações sobre a produção de subjetividade de crianças negras.

Medeiros e Oliveira compartilham, nessa Seção Temática, o texto *Trajetórias femininas no Complexo da Maré: contribuições da juventude*, fruto de três pesquisas em educação, e que busca compreender como jovens de uma região periférica de uma grande metrópole se entendem como mulheres e se relacionam socialmente.

Quebrando o espelho do racismo: um estudo de caso sobre a construção identitária de meninas negras na escola é o artigo resultante de pesquisa em que Modesto, Cardoso e Alcântara analisam influências do racismo na construção da identidade e da imagem de seis meninas negras com idades entre 12 e 15 anos, em uma escola pública municipal de Belo Horizonte, em investigação apoiada em entrevistas individuais semiestruturadas e oficinas pedagógicas nomeadas *O meu reflexo no espelho*.

Em rodas de memórias: as africanidades em infâncias é o texto de Monteiro Pereira e Lopes, resultado de rodas de conversas que reuniram diversas vozes ao redor de fogueiras ancestrais e rochas milenares e que, aos poucos, levaram a autora e o autor a compreender como a oralidade e o papel dos mestres das tradições orais se presentificam na constituição do ser humano e das sociedades.

Oliveira e Andrade escreveram *Encruzilhando espaços-tempos atra-versados e(m) cotidianos, juventudes e negritudes e quilombo*, para perceber as pluralidades que envolvem pensar cotidianos, juventudes e negritudes e quilombo. Para tanto, partiram dos conceitos de encruzilhada, encantamento e cotidianos.

Laranjeiras e Vasconcellos abordam as pesquisas científicas sobre creches, avaliando produções de quatro programas de pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em *Creche: revisão bibliográfica (2003-2019)*. As autoras analisam 31 teses e oito dissertações que se utilizam do termo creche, com recorte sobre crianças de 0 a 3 anos.

Em *luz, câmera, Quilombo*, os autores Ana Paula Soares e Rafael Eira refletem sobre a experiência da projeção cinematográfica em sala de aula através de uma proposta decolonial e antirracista com a exibição do filme *Quilombo*¹ (1984) do diretor Cacá Diegues.

¹ Quilombo foi produzido em 1984. O diretor Carlos Diegues não estava mais voltado para uma estética política como no período cinemanovista, e sim na busca de um mercado cinematográfico sem deixar de pensar o Brasil. Foi nessa perspectiva que o diretor se voltou, mais uma vez, à cultura afro-brasileira. Período em que a intelectualidade brasileira, principalmente

Em *Elos*, a Seção Temática se expande para parcerias internacionais, acolhendo os autores Lenz, Ramallo, Ribeiro em um ensaio sobre a conversa como dispositivo de aprendizagem, observando investigações de três pesquisadores, em diferentes contextos geográficos e culturais (Argentina, Brasil e Chile). Utilizando o que chamam de “pesquisas-vidas”, apresentam relatos de experiências constituídas por auto(biografias) com narrativas corporais.

REFERÊNCIAS

- RANCIÈRE, Jacques. *Política, polícia, democracia*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2006.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo*, In Revista Estudos Feministas, Volume: 10, Número: 1, Jan 2002. pp. 171-188. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPNjZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pthhttps://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2018.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. *The invention of women: making an african sense of Western gender discourses*. USA: University of Minnesota Press, 1997.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

Informações dos autores

Juan Pablo Alvarez
Afiliação institucional Universidad Autónoma de Chile (Santiago, CL)
E-mail: jp.alvarezcoronado@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3456-2282>

Ligia Maria Aquino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: ligiaaquino@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8767-7203>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6964418709270791>

Stela Guedes Caputo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: stelauerj@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0133-3301>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2660387915499830>

a universitária, começou a aderir aos Estudos Culturais, perspectiva que busca analisar a cultura de massa – literatura popular, rádio, televisão, as mídias em geral – assimilando uma heterogeneidade de temas como gênero, raça e sexualidade. —Na crítica que fazem das relações de poder numa situação cultural ou social determinada, os estudos culturais tomam claramente o partido dos grupos em desvantagem nessas relações! (SILVA, 2015, p. 134).